

Prescrição

ENTRE PASSADO E FUTURO

2021

Atalá Correia

PRESCRIÇÃO

ENTRE PASSADO E FUTURO

© Almedina, 2021

AUTOR: Atalá Correia

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556272160

Junho, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Correia, Atalá Prescrição : entre passado e futuro /
Atalá Correia. -- São Paulo : Almedina, 2021.

Bibliografia.

ISBN 9786556272160

Índice:

1. Decadência (Direito) 2. Prescrição (Direito) I. Título.

21-58544

CDU-347.143

Índices para catálogo sistemático:

1. Prescrição: Direito civil 347.143

Cibele Maria Dias Bibliotecária CRB-8/9427

Conselho Científico Instituto de Direito Público – IDP

Presidente: Gilmar Ferreira Mendes

Secretário-Geral: Jairo Gilberto Schäfer; *Coordenador-Geral:* João Paulo Bachur; *Coordenador Executivo:* Atalá Correia
Alberto Oehling de Los Reyes | Alexandre Zavaglia Pereira Coelho | Antônio Francisco de Sousa | Arnoldo Wald |
Sergio Antônio Ferreira Victor | Carlos Blanco de Moraes | Everardo Maciel | Fabio Lima Quintas | Felix Fischer | Fer-
nando Rezende | Francisco Balaguer Callejón | Francisco Fernandez Segado | Ingo Wolfgang Sarlet | Jorge Miranda |
José Levi Mello do Amaral Júnior | José Roberto Afonso | Elival da Silva Ramos | Katrin Möltgen | Lenio Luiz Streck |
Ludger Schrappner | Maria Alicia Lima Peralta | Michael Bertrams | Miguel Carbonell Sánchez | Paulo Gustavo Gonet
Branco | Pier Domenico Logoscino | Rainer Frey | Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch | Laura Schertel Mendes |
Rui Stoc● | Ruy Rosado de Aguiar | Sergio Bermudes | Sérgio Prado | Walter Costa Port●

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
§1. Palavras iniciais	17
§2. Situações e Relações Jurídicas	19
§3. Efeitos do Tempo sobre as Situações Jurídicas	21
PARTE I – EVOLUÇÃO E FUNDAMENTOS	23
CAPÍTULO 1 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA AO LONGO DOS SÉCULOS	25
§4. O período de separação entre prescrição e decadência	25
i. O surgimento da prescrição no direito romano	25
ii. A origem da expressão “prescrição”	34
iii. O direito brasileiro	35
§5. O período de prescritibilidade da pretensão	45
§6. A consolidação da evolução teórica	56
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS	59
§7. Funções da Prescrição e da Decadência: tempo, memória e documentação	60
§8. Justiça e segurança	73
PARTE II PRESCRIÇÃO E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	79
§9. Visão geral	79
CAPÍTULO 3 – EXTINÇÃO DA PRETENSÃO	85
§10. Pretensões autônomas	85
§11. Extinção da pretensão	90
§12. Exceção e cognoscibilidade da prescrição	94
§13. Direito intertemporal e modificação do prazo prescricional por lei posterior	101

PRESCRIÇÃO

CAPÍTULO 4 – AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO SOBRE DIREITOS	111
§14. A Solução Italiana	111
§15. A Perspectiva Portuguesa	116
§16. O acerto da solução brasileira	120
CAPÍTULO 5 – AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO SOBRE A AÇÃO	121
§17. Prazos Processuais	121
§18. Mandado de segurança	123
§19. Ação rescisória	124
§20. Ação popular	128
§21. Ações coletivas	131
§22. Discussão	134
i. Prazos processuais próprios	134
ii. Direitos materiais com função processual	138
iii. Pretensões coletivas propriamente ditas	140
§23. Ações cambiais e monitória	140
§24. Sistematicidade e Coerência	144
CAPÍTULO 6 – CONTEÚDO E CONCORRÊNCIA DE PRETENSÕES	147
§25. A concorrência de pretensões	147
§26. Exigência de Contas	151
§27. Protesto e Cadastros de Inadimplentes	152
CAPÍTULO 7 – TERMO INICIAL E RAZOABILIDADE DOS PRAZOS	161
§28. Problematização	161
§29. Termo inicial dos prazos prescricionais: teorias objetiva e subjetiva	163
§30. Os recentes exemplos dados pelo direito europeu: BGB, <i>Code Civil</i> , DCFR e PECL	169
§31. Pagamento com sub-rogação	175
§32. Pagamento dos juros e prestações acessórias	177
§33. Pagamento em parcelas	179
§34. Pretensões de reparação por responsabilidade aquiliana e contratual	181
§35. Negócios Jurídicos Destinados a Alterar Prazos	187
CAPÍTULO 8 – SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO	191
§35. Causas de suspensão e interrupção da prescrição	191
§36. Panorama internacional	195
§37. Necessidade de melhor articulação legal	198
§38. Incapacidade absoluta	200
§39. Obrigações solidárias e indivisíveis	201

§40. Prescrição intercorrente	204
§41. Prescrição da execução singular e coletiva	207
§42. O problema das diversas interrupções	212
§43. Caso fortuito, pandemia e suspensão do prazo prescricional	214
CAPÍTULO 9 – IMPRESCRITIBILIDADES	219
§44. Problematização	219
§45. Ações declaratórias	221
§46. Investigação de Paternidade	225
§47. Interesse de agir nas ações declaratórias	226
§48. Execução de sentenças declaratórias	227
§49. Nulidades	228
§50. Nulidade de marca	236
§51. Nulidades Especiais da Doação	240
§52. Direito de propriedade	243
§53. Adjudicação Compulsória	252
§54. Petição de Herança	254
§55. Direitos de personalidade e de autor	257
§56. Prazos aplicáveis às pretensões prescritíveis de direito de autor	262
§57. Alimentos	265
§58. Imprescritibilidade quanto à relevância do direito violado	265
i. Imprescritibilidade dos danos ao erário	267
ii. Prescritibilidade na Corte Europeia de Direitos Humanos: o caso do estupro	271
iii. Prescritibilidade na Corte Europeia de Direitos Humanos: o caso do amianto	276
iv. Imprescritibilidade dos Direitos Humanos na Corte Interamericana	277
v. Tortura	283
vi. Danos ambientais	286
vii. Considerações Críticas	287
§59. Plano geral das imprescritibilidades	296
REFERÊNCIAS	299